

Entrecruzamentos: Arte, Política e Política Pública¹

INTERWINING: Art, Politic and Policy

Renata Callaça Gadioli dos Santos²

Renata Gadioli, Geógrafa e Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional/Universidade de Brasília e Doutora em Geografia do Desenvolvimento/Universidade de Paris 7 – Paris Diderot/França. Professora colaboradora no curso de Gestão de Políticas Públicas – GPP/Universidade de Brasília. Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal/Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade.
renatagadioli@unb.br

Resumo

O objetivo desse artigo é dimensionar, exploratoriamente, a relação entre arte e política, seja no viés da arte como denunciadora política dos padrões hegemônicos ou na forma como a política interfere nos modelos de ensinar e fazer arte. Arte consubstanciada em espaços públicos, para serem apreciadas pela população, como expectadores críticos. A busca epistemológica da relação entre arte e política, além da busca de políticas públicas construídas especificamente para as relações materializadas na sociedade ou até mesmo no espaço urbano requer o conhecimento tácito dessa mesma relação. Rancière (2009) afirma que a estética e a política são maneiras de organizar o sensível. Afirma que a estética é a forma de dominar a sensível e expressá-lo em pensamentos, sejam teatrais, artes visuais, literatura, música ou dança e que a política também se organiza a dar a entender, dar a ver, construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos. O artigo mostra, portanto, os momentos em que a arte e a política se encontraram e juntas se materializaram em políticas públicas ou objetos em espaços públicos das cidades. Temos assim o entrecruzamento da arte, da política e da cidade.

Palavras-chave: Arte. Política pública. Política. Estética. Democracia.

Abstract

The purpose of this article is to explore the relationship between art and politics, whether in the art bias or the political denunciation of hegemonic patterns or in the way politics interferes in the models of teaching and making art. Art consubstantiated in public spaces, to be appreciated by the population, as critical viewers. The epistemological quest for the relationship between art and politics, as well as the search for public policies built specifically for relationships materialized in society or even in urban space requires the tacit knowledge of the same relationship. Rancière (2009) states that aesthetics and politics are ways of organizing the sensitive. He states that aesthetics is the way to dominate the sensitive and express it in thoughts, whether theatrical, visual arts, literature, music or dance, and that politics also organizes itself to imply, to see, to build visibility and intelligibility of events. The article shows, therefore, the moments in which the art and the politics of found and together have materialized in public policies or objects in public spaces of the cities. Thus, we have the intertwining of art, politics and the city.

Keywords: Art. Public policy. Politics. Aesthetics. Democracy

1. Artigo convidado.

INTRODUÇÃO

Movida pela dialogicidade oportunizada pelo Simpósio de Estética, Hermenêutica e Semiótica, que em 2018 trouxe como temática o entrelaçamento entre Arte, Crítica e Liberdade nos setores Político, Urbano e Educacional, fui convidada para mediar a mesa intitulada Arte e Políticas Públicas.

Para uma mesa com essa temática, e tendo em vista os setores propostos para o estudo transversal das categorias chaves, percebeu-se a facetada compreensão dos conceitos de política e consequentemente de políticas públicas. A conexão entre eles e a arte partiu também do olhar múltiplo dos palestrantes. Olhares interessantes, diga-se de passagem, e complementares em vários pontos.

Complexificar as razões políticas e a construção de políticas públicas para o ensino da arte no ensino médio, etapa da educação básica, foram tarefas da mesa. Além dessa abordagem foram trabalhados conceitos ligados à arte e suas expressões em análises contextuais da realidade social e política, além de dialogarmos quanto à inserção da política na atuação e alteração estética das cidades. Em especial a cidade de Brasília/Distrito Federal, uma cidade que possui sua parte tombada como patrimônio e inscrita pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. Tal título só foi possível pela singularidade artística e urbanística do projeto de Lúcio Costa, que inicia a ideia da cidade com uma área intitulada Plano Piloto de Brasília.

Buscar epistemologicamente a relação entre arte e política, além de buscar políticas públicas construídas especificamente para essas relações materializadas na sociedade ou até mesmo no espaço urbano requer o conhecimento tácito dessa mesma relação.

Rancièrè (2009) afirma que estética e política são maneiras de organizar o sensível. Define estética como “o modo de pensamento que se desenvolve sobre as coisas da arte”, uma maneira de dominar o sensível e representá-lo em forma de pensamento. Um pensamento da arte, mesmo que confuso, contraditório e paradoxal. Ainda segundo o autor, a arte e a política promovem a “partilha do sensível”, uma vez que a política, tão como a arte, é essencialmente estética e organiza-se a dar a entender, dar a ver, construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos. Dessa forma, a política tem sempre uma dimensão estética e a

arte expressa esteticamente suas leituras de mundo e da realidade vivida.

Por esse motivo, o objetivo desse artigo é dimensionar, exploratoriamente, a relação entre arte e política, seja no viés da arte como denunciadora política dos padrões hegemônicos ou na forma como a política interfere nos modelos de ensinar e fazer arte. Arte essa, consubstanciada em espaços públicos, para serem apreciadas pela população, como expectadores críticos e reflexivos.

O artigo divide-se em duas principais partes: a conceituação da política e da política pública para uma melhor compreensão do viés dessas duas categorias e de como elas são entendidas e usadas pela autora e das duas formas de relação entre arte e política materializadas nos espaços urbanos.

1. POLÍTICA E POLÍTICA PÚBLICA

1.1. Afinal, o que chamamos de Política?

Muitos filósofos já versaram sobre o tema da política, do belo, da liberdade e da felicidade. Aristóteles, filósofo que não chegou a ter uma vida política na prática, afirmava que o homem² só era naturalmente pleno quando estava na cidade, quando estava em sociedade política. Este posicionamento explica também a origem da palavra “política”, que vem de pólis e esta é uma palavra grega que significa “cidade”.

Aristóteles chamava o homem de “animal cívico”. Definia que era na cidade que os homens podiam se dedicar à vida pública e à política. Dizia Aristóteles, (1985: 25)

“O mesmo ocorre com os membros da Cidade: nenhum pode bastar-se a si mesmo. Aquele que não precisa dos outros homens, ou não pode resolver-se a ficar com eles, ou é um deus, ou um bruto. Assim, a inclinação natural leva os homens a este gênero de sociedade”

Arendt (2018) complementando e avançando sobre o pensamento aristotélico explica que a política é uma atividade essencial para o ser humano, sendo mesmo considerada uma condição humana de garantia de vida. É pela política que os indivíduos organizam seus interesses coletivos, vontades e

2
Nesse período histórico as mulheres, os estrangeiros, os escravos e quem não tinha família ou propriedade não eram considerados cidadãos, mas habitantes. Portanto, Aristóteles se referia aos “homens”. Não podemos, hoje, aceitar tal expressão quando questões de Direitos Humanos já foram postas para igualar e garantir equidade entre homens e mulheres.

necessidades da sociedade. A filósofa afirma ainda que “a política se baseia na pluralidade dos homens. [...] trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum” (ARENDR, 2018: 20).

Compreende-se, por conseguinte, que para a existência da política é necessária a relação entre os indivíduos, com suas diferenças, crenças, vontades e necessidades, todas diversas uma das outras. A política chega em consenso no dissenso. Arendt afirma que a política se faz entre-os-homens e que, portanto, não é algo pré-definido. A política é um constante exercício relacional de organização de vontades coletivas. Em consequência, a política também não define a vida pessoal, particular, mas a social e coletiva.

Um outro critério estritamente ligado ao conceito de política é o poder. Uma vez que o grupo heterogêneo entre em acordo e decida uma ação, um instrumento de gestão, uma regra ou qualquer outra deliberação, é preciso saber quem ou quais grupos de pessoas tiveram maior êxito na influência do coletivo e por quê. É a força do poder de escolha que define instrumentos que irão promover o poder político sobre a sociedade (BOBBIO, 1998).

Esta definição de poder não está associada à concepção de poder coercitivo, mesmo podendo existir este último e suas características violentas e opressoras. Nesse modelo de poder político um ator não dialoga com os outros atores. Quando não há comunicação, portanto, a violência impera. Fala-se, nesse artigo, de outro poder político.

O modelo de poder político expresso acima por Bobbio pressupõe o uso da comunicação, uma negociação de um grupo a partir dos interesses do outro grupo, o que pode gerar uma certa sensação de liberdade (HAN, 2016). É dessa política relacional que se está tratando.

Nesse sentido, podemos encontrar o poder político tanto associado à liberdade quanto à opressão. É no viés do poder político que se tem como fim a ordem e a organização das coisas de maneira dialogada na busca por acordos. Tem-se o firme propósito a resolução dos problemas da sociedade e a manutenção da ordem, como nos assevera Bobbio (1998).

Em suma, a política é a relação entre atores. Nem sempre atores do mesmo lado ideológico, o que foi chamado por Bobbio de “relação amigo-inimigo”,

dialogam no campo dos antagonismos para encontrar associações e acordos. Como bem define Han (2016)

“A política sempre é política de poder na medida em que não cabe dissociar a comunicação política do atuar estratégico. Um ser que se orienta meramente ao acordo e ao mútuo entendimento é uma abstração não só no sentido político, senão também em um sentido antropológico, e mais, incluso também o sentido ontológico. Não é o consenso, senão o acordo baseado em transigências recíprocas o que, enquanto equilíbrio de poder, constitui o atuar político [...] A política é uma práxis do poder e da decisão”.

Em resumo, política é ação estratégica para encontrar, entre diferentes atores, acordos com o fim de organizar questões da vida humana. Em inglês política é denominada politics. A política pública, no entanto, tem outro conceito e outra tradução, apesar de estar associada à primeira. Política pública em inglês é denominada policy e a entenderemos a seguir.

1.2. Política Pública com quem, para quem, como e quando?

O conceito de política pública não surge junto com o conceito de política, mas tem igualmente atravessado diversas leituras e compreensões ora divergentes ora complementares. Uma delas é sobre a responsabilidade de sua construção. De todas as leituras, porém, assume-se que a política pública possui como característica um ser

“conceito abstrato que se materializa por meio de seus instrumentos. Portanto, os instrumentos de política pública são meios disponíveis para a transformação das intenções contidas na política pública em ações para o enfrentamento do problema público”. (SECCHI, 2014: 103)

Esta observação é importante, pois em diversos momentos há uma denominação errônea do que seja uma política pública. Alguns leigos do campo de públicas entendem os instrumentos como a própria política pública, quando não o são. Portanto, um plano, uma lei, um programa não são políticas públicas, mas seus instrumentos.

Inicialmente, o conceito surge na primeira metade do século passado, mais precisamente em 1937, como

um campo multidisciplinar de estudos, conduzidos por Harold Lasswell, um sociólogo, cientista político e teórico da comunicação estadunidense.

Definia-o como um campo de estudos, um conjunto de métodos voltados para a investigação dos processos do governo em ação. Sua intenção era contribuir para a atuação dos governos. Determinava, portanto, que o construtor de políticas públicas era somente o Estado.

Os anos que se seguiram foram períodos de crescimento epistemológico do campo de estudos. Em 1947, Herbert Simon, um pesquisador nos campos de psicologia cognitiva, informática, administração pública, sociologia econômica, e filosofia também dos Estados Unidos, preocupado em entender como as pessoas fazem decisões e escolhas, define ser o processo de deliberação a etapa mais importante na construção de políticas públicas e consequentemente na administração pública. Sua metodologia estava voltada para a definição dos limites da racionalidade e transformava a tomada de decisão em processos racionais. Até então, a análise das políticas públicas estava voltada para uma análise racional, intitulada pela sigla ARPP (Análise Racional de Políticas Públicas).

A linha teórica de Simon foi, em 1953, refutada por Charles E. Lindblom (professor emérito estadunidense nas áreas de ciência política e economia), que considerou ser o processo de construção de políticas públicas complexo e interativo, sem início ou fim e com fortes traços nas relações de poder.

Com essa característica complexa, Lindblom não acreditava que as tomadas de decisão pudessem ser tão racionais e afirmava ainda que o complexo mecanismo de deliberação estava voltado para a manutenção do poder de um mesmo grupo hegemônico (governamental ou partidário). Segundo Sbrana et al (2017), Lindblom propunha uma maior participação da população em geral, associada a uma formação educacional para qualificar a inserção desse grupo de pessoas.

Segundo Bouldos (2014) a década de 1970 trouxe novas perspectivas para a análise das políticas públicas. A não ação do governo passou a ser reconhecida também como uma política pública e abriu espaço para se pensar na posição secundária do Estado na construção de políticas públicas. Além dessa vertente, uma outra surgiu não mais colocando o foco na deliberação pública, mas na análise dos atores.

Percebe-se, portanto, a possibilidade das políticas públicas deixarem o escopo essencialmente estadocêntrico para poder ser também sociocêntrico, onde o Estado é mais um dos atores.

Essa multiplicidade de correntes de análise das políticas públicas abre um múltiplo leque de metodologias e objetivos. Em suma, podemos dizer que alguns princípios permanecem na definição do que seja uma política pública: o fluxo de decisões, a vontade de modificar uma realidade ou resolver um problema público, a relação de poder entre os atores, a definição de qual problema público precisa ser resolvido ou não e a busca pela boa política pública. Saraiva (2006: 28) define que política pública é

“fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios. [...] é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social”.

Como nos definem Knoepfel et al (2007) toda política pública intenta resolver problemas públicos definidos pela agenda governamental. Em complementação a essa definição Bouldos (2004) afirma ser as políticas públicas respostas multiatoriais à sociedade sobre seus problemas. Torna-se, importante, a relação política existente entre esses atores.

Basta saber quais problemas públicos relativos à arte foram definidos como tais e precisam ser resolvidos com a elaboração de políticas públicas específicas e como a arte tem politicamente buscado refletir e intervir na realidade das sociedades.

2. ENTRECruzAMENTO ENTRE ARTE – POLÍTICA – POLÍTICA PÚBLICA

2.1. *Artivismo*

– O encontro da Arte com a Ação Política

Rancière (2008) reconhece na arte seu potencial para responder às formas de dominação hegemônica e encara um certo desejo atual de repolitizar a arte. As estratégias que a arte utiliza são, entretanto, diversas, tanto quanto as intenções do artista ou na necessidade de libertação do oprimido. Segundo Rancière (2008: 57)

Manifesto:

2. To affect, or bring to a certain state, by subjecting to, or treating with, a flux. "Fluxed into another world." South.
3. Med. To cause a discharge from, as in purging.

flux (flüks), n. [OF., fr. L. *fluxus*, fr. *fluere*, *fluxum*, to flow. See FLUENT; cf. FLUSH, n. (of cards).] 1. Med. a A flowing or fluid discharge from the bowels or other part; esp., an excessive and morbid discharge: as, the bloody flux, or dysentery. b The matter thus discharged.

Purge the world of bourgeois sickness, "intellectual", professional & commercialized culture, **PURGE** the world of dead art, imitation, artificial art, abstract art, illusionistic art, mathematical art, — **PURGE THE WORLD OF "EUROPANISM"!**

2. Act of flowing; a continuous moving on or passing by, as of a flowing stream; a continuing succession of changes.
3. A stream; copious flow; flood; outflow.
4. The setting in of the tide toward the shore. Cf. REFLUX.
5. State of being liquid through heat; fusion. Rare.

PROMOTE A REVOLUTIONARY FLOOD AND TIDE IN ART,
promote living art, anti-art, promote NON ART REALITY to be further grasped by all peoples, not only critics, dilettantes and professionals.

7. Chem. & Metal. a Any substance or mixture used to promote fusion, esp. the fusion of metals or minerals. Common metallurgical fluxes are silica and silicates (acidic), lime and limestone (basic), and fluorite (neutral). b Any substance applied to surfaces to be joined by soldering or welding, just prior to or during the operation, to clean and free them from oxide, thus promoting their union, as rosin.

FUSE the cadres of cultural, social & political revolutionaries into united front & action.

Figura 1
O Manifesto do Grupo Fluxus
Fonte: Zanini (2004)

"a arte é política porque mostra os estigmas da dominação, porque ridiculariza ícones, porque ela sai do seu próprio lugar para se tornar uma prática social, [...] tem a prática de restaurar laços sociais e nos transforma em opositores do sistema dominante, nos fazendo negar sermos parte do sistema."

Dessa forma, a arte é não somente uma forma de ler, pensar apresentar esteticamente o mundo, mas um veículo racionalizador das relações humanas, das relações políticas e de poder. Assim o será todas as vezes em que ela não se limitar a responder as questões da vida e a fugir da responsabilidade de atender a modelos de eficiência e eficácia impostos pelos padrões do



Foto 1
Peça de Teatro Roda Viva
Fonte: Foto da autora
a partir de vídeo documentário

capitalismo liberal, do mercado e da arte como produto simplesmente. (VALDIVIESO, 2014)

Criou-se um neologismo conceitual denominado Artivismo, com a responsabilidade de ser ao mesmo tempo resistência e subversão. (RAPOSO, 2015). O artivismo questiona até mesmo os limites da boa e da má arte, do belo e do feio, do erudito e do popular enquanto categorias opostas e mantenedoras de padrões automatizados de produção artística. Categorias estas que possuem como objetivo garantir e reproduzir o controle social por promoverem a imposição dos padrões aceitáveis da arte. Aceitáveis, entretanto, por definição do capitalismo liberal, do mercado e da objetificação da arte em produto, simplesmente

O encontro da arte com a política sempre existiu, mas como movimento político, esse entrecruzamento se fortalece a partir da década de 1970. Ortega-Centella (2015: 110) afirma que, nesse período, a arte passou a ser vista como “ação estratégica de elaboração de novas narrativas artesociopolíticas”, uma arte com ação denunciadora e de resistência social.

Objetivando expor trabalhos coletivos de artistas que contestam a opressão, os padrões hegemônicos de cultura e o descaso social de seus vários países, o Grupo Fluxos, criado em 1961 na Alemanha, ganha força política no final da década de 1970. Seu Manifesto (Figura 1), compartilhado em 1963, expunha palavras de ordem que pedia o fim de museus de arte,

condenavam a arte artificial e lutada por uma arte livre e até mesmo a não-arte, mas que pudesse ser alcançada por qualquer pessoa.

O grupo pedia também a fusão dos segmentos de revolução política, cultural e social. Seus trabalhos coletivos abriram espaço para trabalhos nas linguagens de artes visuais, música e dança. Posteriormente, o grupo integrou outras estratégias de linguagens artísticas, como body art, performance e muitos outros, chamando a rua para se unir à arte e à vida, inclusive com a participação da comunidade e dos transeuntes.

O movimento convergiu com a criação de inúmeros grupos espalhados no mundo. Segundo Valdivieso (2014), na década de 1960 e 1970 foram criados diversos grupos, tais como: Internacional Situacionista (França), Yippies (EUA), Indian Metropolitan (Itália), Los Povos (Holanda), Spassgurilla (Alemanha).

Na década de 1970, no Brasil, a repressão da ditadura brasileira se fazia sobre a música e o teatro especialmente. O Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo paramilitar treinado pelo próprio exército e que nunca teve seus integrantes investigados, agia como braço não governamental da ditadura entregando artistas do teatro e da música.

O CCC era um grupo de extrema direita que planejou e executou ações de ataque a alvos como teatro, universidades, imprensa, setores da Igreja Católica,

bancas de jornal e revista. (BRASIL, 2008) Um de seus ataques foi ao elenco de Roda Viva (Foto 1), peça teatral de Chico Buarque que questionava o show business, os costumes da família tradicional e os dogmas das religiões. O idealizador do CCC, o estudante de direito da Faculdade Makenzie, João Marcos, em entrevista para a Folha de São Paulo em 1993, declarou que o ataque ao elenco foi um gesto cultural, que teria antecipado o AI-5 e cortado a via subversiva que o teatro estava seguindo.

Normalmente, as obras de artistas são expostas em espaço público, como praças, ruas, bibliotecas, muros ou outras construções. Os espaços públicos são os mais escolhidos para a prática do ativismo em razão de sua capacidade de aglomerar público e também por oportunizar que a arte chegue a espaços menos elitistas como museus e galerias.

Como exemplo, temos os trabalhos de Banksy, artista de rua britânico, que faz um comentário sobre o capitalismo e a exclusão imobiliária exposto nas ruas de Coney Island Avenue em Nova York (Foto 2).

A arte tibetana de Tsherin Sherpa (Foto 3), que em sua singeleza apresenta as imposições das guerras sobre a vida nas sombras sobreposta nos limites das imagens das crianças.

A arte de André Costa (Foto 4), que acompanhou a vida de 15 jovens angolanos, presos políticos. Foram presos com a justificativa de estarem tramando um golpe contra o governo. Entre os jovens encontravam-se um rapper angolano chamado Luaty Beirão. André Costa, para ajudar a divulgar da situação política do país decidiu, em 2015, fazer uma exposição de arte com a temática da queda da democracia em Angola.

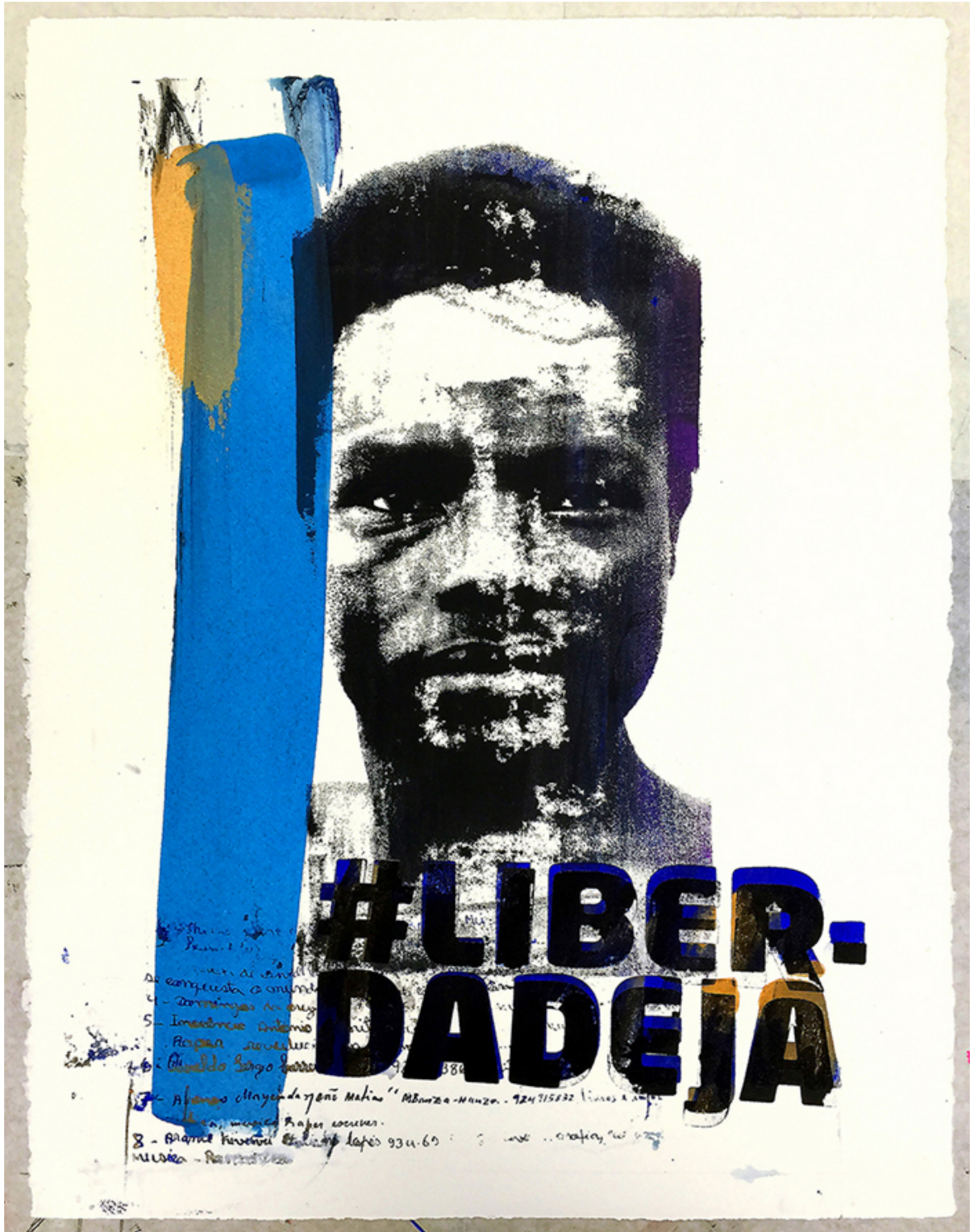
2.2. Política Pública e Artes

O outro viés do entrecruzamento das artes com a política vem por meio de políticas públicas definindo e conduzindo os caminhos das artes, tanto da produção artística como no ensino de artes. Se política é a relação entre os seres em sua diversidade para resolução de problemas comuns, a forma de resolução é por meio da construção de políticas públicas. Tais políticas públicas ocorrem, portanto, a partir de problemas definidos por atores e compreendidos como tal por todos os envolvidos. Dizemos que as políticas públicas são processos construídos e que para tal estabelecem instrumentos para sua gestão. Os instrumentos podem ser leis, programas, projetos, ações. As políticas públicas, dessa forma, não se confundem com seus instrumentos, mas são por eles compostas.



Foto 2 (acima)
Mural Banksy em Nova York
Fonte: <http://www.banksy.co.uk/out.asp>

Foto 3
Exposição Golden Child de Tsherin Sherpa
Fonte: <https://wsimag.com/art/3080-golden-child-slash-black-clouds>



#LIBER-DADAJA

- 1 - ...
- 2 - ...
- 3 - ...
- 4 - ...
- 5 - ...
- 6 - ...
- 7 - ...
- 8 - ...

As definições de problemas públicos do setor de artes (produção artística e ensino das artes), no entanto, nem sempre são delimitadas por integrantes do próprio campo das artes (atores de teatro, cineastas, artistas visuais, circenses, profissionais de dança, escritores ou até mesmo professores de artes). Infelizmente, os problemas públicos relativos a esse segmento são definidos, em muitos momentos, por outros agentes conservadores que visualizam problemas a serem resolvidos e fragilizam processos democráticos para esse setor. Como exemplo tem-se o período chamado de “apagão” cultural (2010-2014): momento em que, da parte do Estado, as políticas culturais no Brasil sofreram um enorme retrocesso e desmonte.

Vale lembrar que, o Estado é um importante ator no processo de construção de políticas públicas. Mas, precisamos reconhecer que o processo de redemocratização do Brasil se deu com grande participação dos profissionais e instituições de arte, espalhados pelo país. Políticas Públicas para evolução do setor cultural no país foram definidas com projetos como: Lei Rouanet, Legislação de Direitos Autorais, Políticas de Cultura Digital, entre outras.

Outro viés importante de relações políticas e arte é o campo educacional. Até 1985, o atual Ministério de Educação – MEC, estava integrado à Cultura. A redemocratização brasileira os separou e deu à cultura um novo patamar no processo de desenvolvimento brasileiro, sem com isso se desvincular completamente do processo educacional.

A arte é considerada, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – LDB/1996, um componente curricular para o ensino fundamental e médio que legalmente tem como princípio a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Por esse princípio, a arte poderia ser ensinada em turmas de estudantes de séries distintas, mas com níveis de conhecimento específicos iguais. Entretanto, essa forma de organização para o ensino das artes, muito comum em escolas específicas de línguas estrangeiras, praticamente não ocorre.

Apesar da arte ser componente curricular obrigatório na educação básica, seu conteúdo precisou, também por força de lei, ser definido em objetivos e habilidades, pela Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Entretanto, tais objetivos e habilidades foram

definidos somente para o ensino fundamental, deixando o ensino médio com a responsabilidade de ofertar o ensino das artes se o estado possuir condições administrativas para o oferta-lo.

Entra em perigo, portanto, a formação cultural de uma população e com ela uma construção identitária capaz de compreender quem é e qual deverá ser seu rumo de desenvolvimento. Mais uma vez, profissionais, sociedade civil apreciadora e que reconhece o valor das artes, além de instituições públicas e privadas são conclamadas a defender o importante setor de produção econômica e social. Aqui, a política e as políticas públicas estão a conduzir os rumos que a arte tomará no Brasil, tal qual a censura tentou fazer no período da ditadura.

CONCLUSÃO

A arte possui um importante papel social e político na construção da identidade de uma nação e também como setor produtivo. As relações entre os diferentes atores/agentes do setor constroem politicamente os caminhos que a arte percorrerá para se expressar e até mesmo identifica os desafios a serem enfrentados.

As políticas públicas de arte finalizam os processos de relação política, de definição de rumos e de resolução de problemas. Buscam soluções para problemas nem sempre reconhecidos pelos agentes do setor, mas problemas de interesse de grupos políticos conservadores.

Para enfrentar os desafios que processos políticos provocam no silenciamento da sociedade e na promoção do aumento da desigualdade, artistas agem com as ferramentas que possuem. Promovem sua arte, nas mais variadas linguagens, em uma ação política de profunda oportunidade de reflexão, com capacidade de alcance de massa. Essa ação é denominada de artivismo e teve seu nascimento como movimento político no final da década de 70, sobre-existindo até os dias de hoje.

A escolha de local para a exposição de suas produções é a própria cidade. Em espaços escolhidos estrategicamente para alcançar cada vez mais pessoas, para promover cada vez mais a práxis reflexiva de uma população. A intenção é verdadeiramente incomodar para que o sistema possa também ser alterado. Nada mais importante que espaços públicos de grande circulação para apresentação de seus trabalhos.

Foto 4 (página anterior)
André Castro
Fonte:
<http://dasartes.com/notas/serigrafias-de-artista-carioca-dao-voz-a-presos-politicos-de-angola/>

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ARENDR, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- ARISTÓTELES, *Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- BOBBIO, Norberto. *Política*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- BOULLOSA, Rosana de Freitas. *Políticas públicas. Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, p. 144-148, 2014.
- BRASIL, Clarissa. As ações do Comando de Caça aos Comunistas (1968-1969). In: LEAL, Elisabete C. e POSSAMAI, Rita L. (org.) *Vestígios do Passado: a história e suas fontes. Anais IX Encontro Estadual de História. 14 a 18 de junho de 2008*. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212362230_ARQUIVO_clarissabrasil.pdf
- HAN, Byung-Chul. *Sobre el poder*. Barcelona: Elder, 2016.
- ORTEGA-CENTELLA, V. *El artivismo como acción estratégica de nuevas narrativas artístico-políticas*. Calle14, 10 (15), 100-111. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2790/279038948008.pdf>
- RANCIÈRE, Jaccques. *Le spectateur émancipé*. Paris: La Fabrique Éditions, 2008.
- RANCIÈRE, Jaccques. *O inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- RAPOSO, Paulo. Artivismo: Articulando dissidências, criando insurgências. In: *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 4, nº 2/2015, pag. 3-12. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/pdf/909>
- SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da Política Pública. In: SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006.
- SBRANA, Roberta A. O Processo Decisório em Charles Edward Lindblom e a Vontade Geral em Jean-Jacques Rousseau: Reflexões acerca da participação política e da necessidade de educação para essa participação. In: *Revista de Política e Gestão Educacional*. V. 21, n.2, p. 467-488. Maio-agosto/2017.
- SECCHI, Leonardo. Instrumentos de políticas públicas. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 103-105.
- VALDIVIESO, Mercedes. *La apropiación simbólica del espacio público a través del artivismo. Las movilizaciones en defensa de la Sanidad pública en madrid. Scripta Nova*. Revista Electronica de Geografía y Ciencias Sociales, 2014, Vol. XVIII, núm. 493 (11), p. 1-27, 2014. Disponível em: <https://repositori.udl.cat/handle/10459.1/48732>
- ZANINI, Walter. *A atualidade de Fluxus*. ARS, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 10-21, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-53202004000300002>